



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

PROPOSTA N.º 112/2016

Assunto: Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno sita na Rua Mário Botas e o lançamento de uma hasta pública para a constituição de um direito de superfície, em subsolo, sobre a mesma parcela de terreno, para a construção de um parque de estacionamento automóvel.

Pelouro: Vereador Manuel Salgado

Serviço: DMGP

Considerando que:

- a) Através da Proposta n.º 404/2015, aprovada pela Câmara em reunião de 15 de julho de 2015, foi aprovada a homologação favorável condicionada do Pedido de Informação Prévia, que constitui o processo n.º 252/EDI/2015 (cf. **Anexo I**, que se junta);
- b) Uma das referidas condições de homologação expressamente referida naquela Proposta é: "...a aquisição, em sede de hasta pública, da parcela municipal necessária para a implantação da solução proposta...";
- c) Outras das condições de homologação consignada na Deliberação é: "...Cumprimento dos parâmetros urbanísticos previstos para a parcela 3.23.01, nomeadamente no número de lugares de estacionamento...";
- d) O Plano de Pormenor 3 da Zona Sul – Av. Marechal Gomes da Costa, está em fase de revisão, com os termos de referência aprovados pela Proposta n.º 647/2014, de 29 de outubro, onde se considerará a criação e construção de um parque de estacionamento



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

subterrâneo no local em apreço, nos termos do Estudo que se junta. (Anexo II, que se junta);

- e) Não obstante o previsto no artigo 25, n.º 2 do PP 3 da Zona Sul, o artigo 12º, n.º 2, alínea c.3) do Plano de Urbanização, publicado no D.R. n.º 303, I Série B, de 31/12/1999, estabelece que "...a área afeta a estacionamento público poderá ser alterada na sua localização, se estudo posterior demonstrar não se justificar a sua manutenção ou não ser possível a sua constituição, sem prejuízo, neste caso, de se encontrar alternativa adequada para a sua implantação...";
- f) A falta de estacionamento público nas proximidades do Hospital CUF Descobertas é hoje uma evidência, que será agravada com a futura ampliação daquele equipamento hospitalar;
- g) Existe uma efetiva carência de lugares de estacionamento de veículos automóveis na zona envolvente ao hospital em dias de semana e aos fins de semana, sendo fundamental assegurar naquele local um reforço da oferta, preferencialmente em subsolo, 24 horas por dia, 365 dias por ano;
- h) Esta zona da cidade constitui uma área a consolidar em termos urbanísticos, caracterizada pela predominância de um edificado vocacionado para escritórios e utilização coletiva;
- i) Independentemente dos termos e condições em que foi homologado o PIP a que corresponde o processo n.º 252/EDI/2015, a existência de estacionamento em subsolo propriedade municipal só deverá acontecer se corresponder a uma necessidade coletiva com acolhimento nos instrumentos de gestão territorial em vigor;
- j) As referidas condições de homologação não poderão nunca desvirtuar as condições de efetiva concorrência na alienação da propriedade municipal, o que pressupõe desde logo



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

que a solução a adotar não seja a apresentada para o estacionamento em subsolo pelo particular mas sim aquela que melhor sirva o interesse municipal;

- k) O Estudo municipal que se apresenta como Anexo II, elaborado pelos serviços competentes, configura uma solução de estacionamento em subsolo perfeitamente autónoma face ao hospital a construir, o que significa que qualquer outro interessado na sua exploração se possa apresentar na hasta pública em condições de completa igualdade;
- l) O direito de superfície a constituir salvaguardará sempre o uso público acima do solo, conforme condições da hasta pública;
- m) Foi realizada avaliação interna de mercado para determinação do preço base de licitação, tendo por base a experiência recentemente recolhida com alienações do mesmo tipo e para o mesmo fim, que se considera adequado ao local e objeto do direito de superfície (Anexo III, que se junta);
- n) A experiência anteriormente referida e a necessidade de garantir igualdade de condições com outras hastas públicas recentemente realizadas pelo Município, fazem com que não se justifique a realização de avaliações externas a ponderar conjuntamente com o estudo interno;
- o) O preço base proposto para a hasta pública, enquanto parâmetro potenciador da concorrência, está alinhado com os valores de mercado e é adequado para a plena salvaguarda do interesse público;
- p) Para que o direito de superfície sobre a parcela de terreno municipal em subsolo possa ser alienado em hasta pública é indispensável a desafetação do domínio público de uma



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

parcela de terreno com a área de 2.597,65m², não resultando do facto qualquer prejuízo para a circulação local;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º e das alíneas i) e q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

1. A desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 2.597,65m², representada na Planta n.º 16/016/DMGP (**Anexo IV**), destinada a ser cedida em direito de superfície para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, à qual se atribui, apenas para efeitos de registo, o valor de €12.988,25 (doze mil, novecentos e oitenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos euros), resultantes de um valor simbólico de €5/m² de terreno.
2. O lançamento de Hasta Pública para a constituição de direito de superfície, em subsolo, pelo prazo de 99 anos, improrrogáveis, da parcela municipal, com a área de 2.597,65 m², sita na Rua Mário Botas, conforme Planta n.º 16/017/DMGP, (**Anexo V**) destinado à construção de um parque de estacionamento em subsolo, com cinco pisos, com capacidade prevista de 312 lugares de estacionamento em subsolo;
2. O Estudo urbanístico, Programa e o Caderno de Encargos, nos termos das minutas em anexos (cf. **Anexos II, VI e VII**);
3. Aprovar o valor base de licitação de € 1.540.000,00 (um milhão quinhentos e quarenta mil euros) (por arredondamento), apurado conforme relatório de avaliação que se junta como **Anexo III**;
4. Aprovar a constituição da Comissão da Hasta Pública, nomeando os seguintes membros:
Presidente da Comissão:
Dr. António Furtado
(Diretor Municipal de Gestão patrimonial)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

Vogais efetivos:

Teresa Sofia Brás Gomes

(Chefe da Divisão de Valorização de Património da DMGP)

Carla Alexandra Carvalhal

(Chefe da Central de Compras Municipal do Departamento de Aprovisionamentos da DMF)

Vogais suplentes:

Maria Teresa Felício

(Direção Municipal de Gestão Patrimonial)

Sónia Simão Fialho

(Direção Municipal de Gestão Patrimonial)

5. Delegar na Comissão da hasta pública, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, poderes para, no respeito pelo previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 50º e nos n.ºs 1 a 4 do artigo 64º, sempre do mesmo diploma legal, promover a retificação de todos os erros e omissões, prestar esclarecimentos, por iniciativa própria ou a pedido dos interessados, bem como prorrogar os prazos de entrega de propostas sempre que tal seja devido.

CONFRONTAÇÕES

Norte – Rua Corsário das Ilhas

Sul – Rua Mário Botas

Nascente – Rua do Adeus Português e terrenos particulares

Poente – Hospital CUF Descobertas

ANEXOS:

I. Proposta n.º 404/2015;

II. Estudo do Parque de Estacionamento Subterrâneo;

III. Avaliação de Mercado

IV. Planta n.º 16/016/DMGP;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

V. Planta n.º 16/017/DMGP;

VI. Programa de Concurso;

VII. Caderno de Encargos;

(Processo n.º 5390/CML/16)

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa, 16 de março de 2016

O VEREADOR

Manuel Salgado



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

84.
252/Edi/15
112/2016

PROPOSTA N.º 404/2015

Assunto: Aprovar a homologação favorável condicionada do Pedido de Informação Prévia para viabilidade de Obras de Alterações / Ampliação, a realizar no lote 3.23.01 da Rua Mário Botas, freguesia do Parque das Nações, que constitui o processo n.º 252/EDI/2015.

Pelouro: Urbanismo

Serviços: DMU / Departamento de Projetos Estruturantes

Considerando que:

1. Em 04/03/2015, o "Hospital da CUF Descobertas, SA", na qualidade de proprietário do lote 3.23.01 da Rua Mário Botas do Parque das Nações, vem submeter a esta Câmara, ao abrigo do art.º 14º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, um pedido de informação prévia da obra de construção nova, o qual veio a constituir o processo n.º 252/EDI/2015;
2. Aplicam-se as regras de gestão territorial decorrentes do Regulamento do Plano de Urbanização da Expo' 98 (PU), Plano de Pormenor 3 (PP3) e Projeto de Reparcelamento (PR) da parcela 3.23 – proc. n.º 16/URB/2014 aprovado em 17/12/2014 através da Deliberação n.º 758/CML/2014 de Reunião de Câmara.
3. Pretende-se com o presente Pedido de Informação Prévia avaliar a viabilidade da ligação entre dois lotes privados em subsolo e através de passadiço, sendo que a construção que se localiza sob via pública inclui áreas de estacionamento;
4. No presente Pedido de Informação Prévia não se altera a área de construção privativa para a Parcela 3.23.01, prevendo-se:

(1) A construção do edifício do lote 3.23.01, com 6 pisos acima da cota de soleira e 5 pisos em cave. Ocupando os pisos de estacionamento, uma área por piso de 2.968,86 m² (idêntico área do lote), o que representa uma área bruta de construção em cave de 11.875,44 m², para um total de **308 lugares de estacionamento**.

(2) A construção na área de subsolo da Rua Mário Botas, entre o edifício do lote 3.23.01 e o edifício da parcela 3.26.01 – atual Hospital CUF Descobertas, de 4 pisos de estacionamento em cave, em cota idêntica dos pisos de estacionamento do lote 3.23.01, que ocupam uma área por piso de 1.519,55 m², o que representa uma área bruta de construção em cave de 6.078,20 m² para um total de **260 lugares de estacionamento**.

- (3) A construção de 4 pisos de estacionamento em cave, em área da parcela 3.26, em cotas idênticas às anteriores, ocupando uma área por piso de 668,25 m², o que representa uma área bruta de construção de 2.673,00 m² para um total de 82 lugares de estacionamento.
- (4) Resulta um total de 650 lugares de estacionamento, dos quais 538 lugares públicos;
- (5) Os acessos previstos ao estacionamento global, localizam-se somente em área privada, nomeadamente em área da parcela 3.26, com possibilidade de conexão com a cave do edifício, ou através do acesso ao lote 3.23.01 pela Rua Corsário das Ilhas;
- (6) O passadiço superior, sob a Rua Mário Botas, prevê a ligação dos dois edifícios ao nível dos seus pisos 1, cota 20,53. Com uma superfície total de 116,80 m², ocupa somente 80,00 m² de área de espaço público.
5. Tal como previsto no despacho constante do parecer da DMGP/ DOP, a intervenção nesta área de subsolo de espaço público só poderá ser viabilizada, após a constituição de um direito de superfície em subsolo para a construção de estacionamento, com ónus de uso público à superfície, o mesmo se aplicando à área sobre espaço público do passadiço.
6. A área de estacionamento, sob a rua Mário Botas, com 260 lugares, não pretende suprir qualquer défice regulamentar de lugares de estacionamento dos lotes 3.23.01 ou 3.26.01, e sim aumentar a sua capacidade de oferta para fazer face a uma necessidade funcional do equipamento coletivo de saúde que se pretende ampliar;
7. O pedido em causa foi objeto dos seguintes pareceres, constante do respetivo processo:
- MDN – Ministério da Defesa Nacional, que emitiu parecer favorável (a fls. 64 do p.p.);
 - APL – Administração do Porto de Lisboa, que emitiu parecer favorável (a fls. 65 do p.p.);
 - CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que emitiu parecer favorável (a fls. 66 do p.p.);
 - DGMT (Departamento de Gestão de Mobilidade e Tráfego), que emitiu parecer condicionado (a fls. 68/ 71 do p.p.);
 - DMGP/ DOP- Divisão de Operações Patrimoniais, que emitiu parecer favorável condicionado (a fls. 73 e 74).
8. A Proposta mereceu despachos de homologação favorável condicionada do Senhor Chefe de Divisão de Projetos de Edifícios, do Senhor Diretor de Departamento de Projetos Estruturantes e do Sr. Diretor Municipal de Urbanismo, exarados na informação n.31377/INF/DIVPE/GESTURBE/2015, a fls. 76 a 81, do processo n.º 944/EDI/2014.

ECU
P. 252/Rei 86
15

Tenho a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa:

1. A homologação favorável, nos termos do nº 1 do artigo 16º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de Setembro, de acordo com os pareceres, informações e despachos referenciados na presente proposta, para cujo conteúdo se remete, condicionada;

a) À aquisição, em sede de Hasta Pública, da parcela municipal necessária para implantação da solução proposta;

Com a concretização da aquisição referida em a) acrescem as seguintes condicionantes:

b) Cumprimento do parecer da DGMT;

c) Cumprimento dos parâmetros urbanísticos previstos para a Parcela 3.23.01, nomeadamente no número de lugares de estacionamento.

Lisboa, 15 de Julho de 2015.

O Vereador



Manuel Salgado



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 15 de Julho de 2015, as atas, o voto de pesar o voto de congratulação, as moções e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 68, 69 e 70 das reuniões de Câmara de 13 e 27 de maio de 2015

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 23/2015 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Maria de Jesus Barroso, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º 10/2015 (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar um Voto de Congratulação aos atletas, treinadores, dirigentes, e clubes, que com esforço contribuíram para a conquista das medalhas na primeira edição dos Jogos Europeus e, concomitantemente, para a valorização do desporto português em geral e das respetivas modalidades em particular;

(Aprovado por unanimidade)

Moção n.º 25/2015 (Subscrito pelo Sr. Vereador João Gonçalves Pereira)

Aprovar, proceder à elaboração de um novo Regulamento de Património, nos termos da Moção;

(Aprovada por unanimidade)



O Senhor Vereador João Gonçalves Pereira não participou na discussão e na votação.

Proposta n.º 404/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a homologação favorável condicionada do Pedido de Informação Prévia para viabilidade de Obras de Alterações/Ampliação, a realizar no lote 3.23.01 da Rua Mario Botas, freguesia do Parque das Nações, que constitui o processo n.º 252/EDI/2015, nos termos da proposta;

Aprovadas por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12(6PS, 3Ind., 3PPD/PSD)	_____	3(1CDS/PP e 2PCP)

Proposta n.º 405/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o pedido de licenciamento de obras de alteração durante a execução da obra solicitado por "Liberdade 203, Investimentos Imobiliários S.A.", para a construção e ampliação dos edifícios existentes sítos Avenida da Liberdade n.º 203-221, tornejando para a Rua Rosa Araújo n.º 1-35, freguesia de Santo António, que constitui o processo n.º 336/EDI/2015, nos termos da proposta;

Aprovadas por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12(6PS, 3Ind., 3PPD/PSD)	2(PCP)	1(CDS/PP)

Proposta n.º 406/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o deferimento do pedido de licenciamento de obras de ampliação e alteração no imóvel sito na Rua Eduardo Coelho n.º 62 a 68, freguesia da Misericórdia, que constitui o Processo n.º 1538/EDI/2014, nos termos da proposta;

Aprovadas por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12(6PS, 3Ind., 3PPD/PSD)	2(PCP)	1(CDS/PP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

89
252/Ei/15

Proposta n.º 483 /2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a ratificação do despacho que procedeu à 10ª alteração orçamental do ano de 2015, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9(7PS, 2Ind)	---	4(1PPD/PSD, 1CDS/PPe 2 PCP)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Rute Lou* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Lisboa, aos 15 de julho de 2015

O Presidente

Fernando Medina
Fernando Medina

ANEXO II

11/2/2016

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

RUA MÁRIO BOTAS

Estudo

ÍNDICE

1	Introdução	3
2	Localização.....	4
2.1	Implantação	4
2.2	Acessos	5
3	Aspetos Funcionais	6
4	Arranjos Exteriores	8

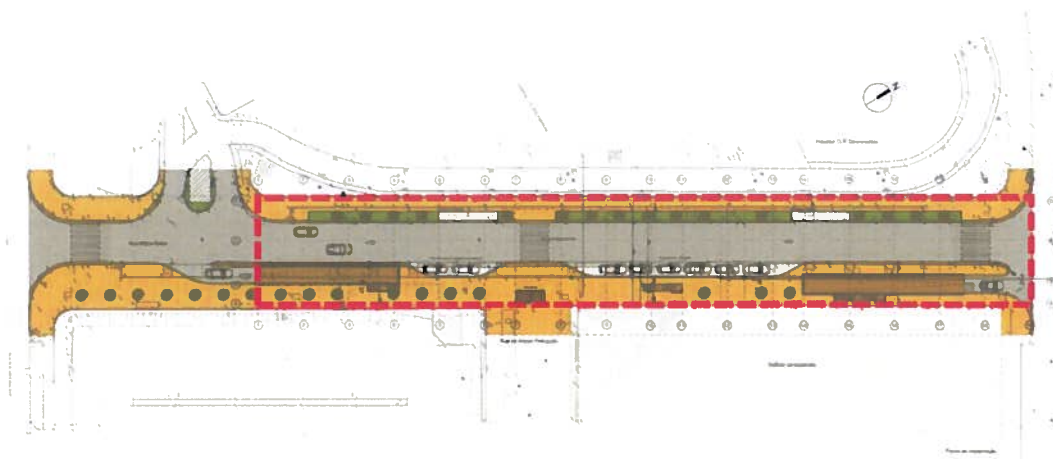
1 Introdução

O presente estudo visa a construção de um parque de estacionamento subterrâneo a implantar sob a Rua Mário Botas bem como o reordenamento urbanístico dos espaços exteriores do referido arruamento, no Parque das Nações em Lisboa.

Devido à falta de estacionamento público nas proximidades do Hospital CUF Descobertas e futuramente com a ampliação que será levada a cabo neste equipamento, conforme Pedido de Informação Prévia n.º 252/EDI/2015, homologado pela Câmara em reunião de 15 de julho de 2015, através da Proposta n.º 404/2015 esse problema tornar-se-á ainda mais evidente. Como forma de solucionar esse problema, entende-se adequado promover a construção de estacionamento público, apresentamos neste documento e nas peças desenhadas que o acompanham, uma proposta para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo sou a rua que passa entre o atual hospital e a futura ampliação, obedecendo às normas em vigor tais como acessibilidades, segurança contra incêndios e o Regulamento Geral de Parques de Estacionamento, na cidade de Lisboa.

2 Localização

A parcela de terreno destinado à implantação do parque de estacionamento localiza-se em posição frontal ao Hospital CUF Descobertas existente.



Localização

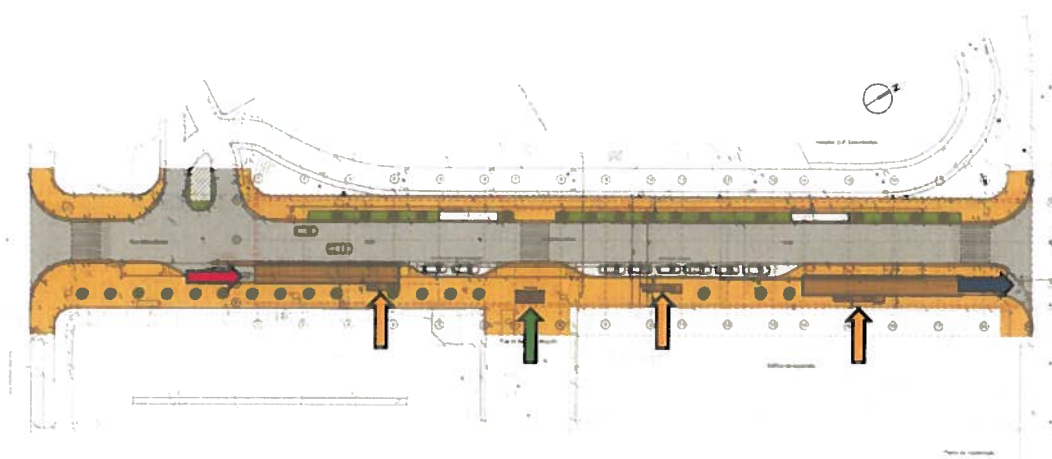
2.1 Implantação

Com uma superfície de implantação de 2.597,65m² e cinco pisos de estacionamento no subsolo, terá a capacidade de estacionamento para 312 viaturas com uma área bruta de construção de 13 522,65m².





QUADRO DE ÁREAS					
	Área bruta (m2)	Capacidade (lug.)	Rácio (m2/lug.)	Cota (m)	Pé direito (m)
Piso de Entrada	534,40	0	0,00	15,40	2,5
Piso -1	2.597,65	44	57,74	12,75	2,9
Piso -2	2.597,65	68	37,36	9,50	2,9
Piso -3	2.597,65	68	37,36	6,35	2,9
Piso -4	2.597,65	68	37,36	3,15	2,9
Piso -5	2.597,65	64	40,59	-0,05	2,9
TOTAL	13.522,65	312	42,61		

2.2 Acessos

Todos os acessos ao parque, tanto de veículos como pessoas, serão feitos através da Rua Mário Botas. Possuirá duas rampas destinadas à circulação de veículos, sendo que para pessoas tem um núcleo de elevadores e três núcleos de escadas. A entrada de veículos é feita desde o extremo sudoeste deste arruamento (Rua dos Argonautas) e a saída dos mesmos é no entroncamento com a Rua corsário das ilhas. O acesso de pessoas pode ser feito por quatro pontos. Um núcleo de elevadores na parte central do parque, com acesso ao exterior no entroncamento com a Rua do Adeus Português, muito perto da antrada principal do futuro edifício de consultas do Hospital CUF Descobertas e três núcleos de escadas, onde dois estão mais perto das extremidades do parque e um outro na parte central do mesmo, distribuidos de forma a dar cumprimento às normas de segurança contra incêndios.



Acessos ao parque

-  Entrada de veículos
-  Saída de Veículos
-  Escadas de acesso
-  Núcleo de elevadores

3 Aspetos Funcionais

O Estacionamento é dimensionado para uma procura previsivelmente elevada e de grande rotação. Por se tratar de uma construção limitada pela largura do arruamento, optou-se por ter uma via de circulação longitudinal de sentido único com os lugares de estacionamento dispostos maioritariamente na perpendicular, em que nos topos de cada piso do parque, as mudanças de nível se efectuam através de rampas, também elas de sentido único e onde se pode optar por subir ou descer.

Distribuídos por cinco pisos em cave (-1; -2; -3; -4 e -5), estão previstos 312 lugares de estacionamento, havendo ainda um piso intermédio entre a entrada desde o exterior e o piso -1, denominado no projecto como piso de entrada, que é um espaço composto pela rampa de entrada e acesso ao piso -1 e uma zona técnica destinada a instalações da rede eléctrica.

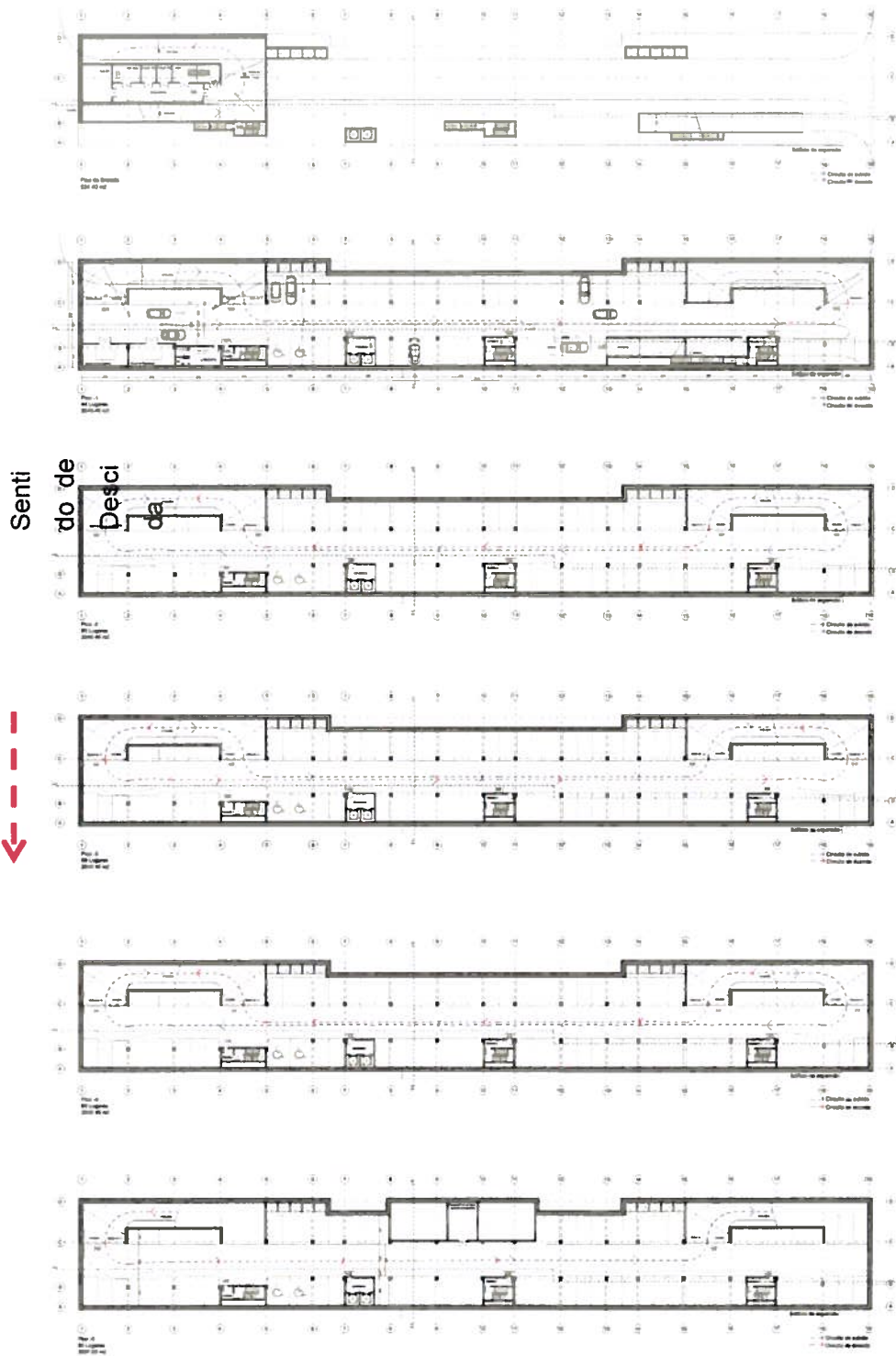
O piso -1 funciona como plataforma de entrada e saída, sendo por isso um piso com menor capacidade de estacionamento devido à existência destes acessos e outras áreas necessárias ao seu funcionamento (instalações técnicas e zona da segurança).

Os pisos -2, -3 e -4 são totalmente idênticos, destinados exclusivamente a estacionamento, onde apenas variam os sentidos de circulação de veículos.

O piso -5 tem uma capacidade ligeiramente mais baixa que os anteriores devido à existência dos reservatórios de água da rede de extinção de incêndios.

No dimensionamento das vias interiores e dos lugares de estacionamento, foram respeitados os aspectos regulamentares definidos pela Câmara Municipal de Lisboa para parques de estacionamento cobertos.

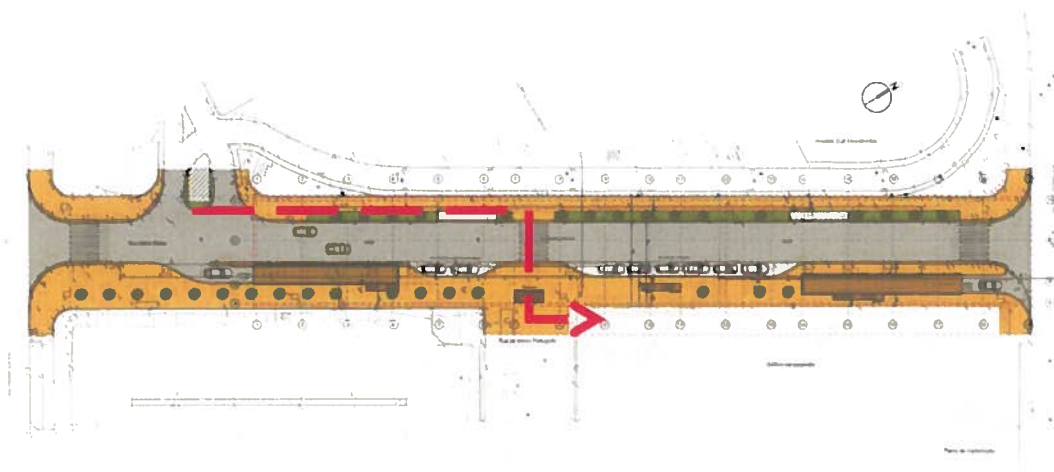
DIMENSÕES DOS LUGARES						
	5.00X2.50 m a 90°	4.50X2.50 m a 90°	5.00X2.50 m longitudinais	5.30X2.50 m longitudinais	Deficientes a 90°	Total por piso
Piso de Entrada	0	0	0	0	0	0
Piso -1	35	4	1	2	2	44
Piso -2	54	6	2	4	2	68
Piso -3	54	6	2	4	2	68
Piso -4	54	6	2	4	2	68
Piso -5	52	4	2	4	2	64
TOTAL	249	26	9	18	10	312
Percentagem	79.81%	8.33%	2.88%	5.77%	3.21%	100.00%



Circulações

4 Arranjos Exteriores

A nível de exteriores propõe-se uma reformulação dos passeios e um ligeiro estreitamento da via de circulação automóvel, porque apenas é de sentido único. Passará de 7.50m para 7.00m de largura, dimensão essa que está limitada pelo regulamento de segurança contra incêndios, que exige uma largura mínima de via com 7 metros para garantir a acessibilidade dos bombeiros. Em ambos os lados do arruamento foram alargados os passeios e aumentadas as zonas verdes, principalmente porque se retirou todo o estacionamento de superfície atualmente existente. A não existência destes lugares à superfície, será compensada pela quantidade existente em cave e evitará alguns congestionamentos que muitas vezes este tipo de manobras provoca. Apenas se deixou, a meio do arruamento uma zona de tomada e largada de passageiros, bem como uma praça de taxis com 6 lugares. Nesta mesma zona, acrescentou-se mais uma passagem de peões a juntar às outras duas existentes nas extremidades do arruamento.



Ligação entre os dois edifícios

Março de 2016

112/2016

AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

RELATÓRIO INTERNO

**DIREITO DE SUPERFÍCIE
TERRENO PARA PARQUE DE ESTACIONAMENTO**

Emitido por:
CML/DMGP/DOP

IMÓVEL:

TERRENO EM SUBSOLO PARA
CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE
ESTACIONAMENTO, LOCALIZADO NA
RUA MÁRIO BOTAS, LISBOA

**VALOR DE
MERCADO**

**VALOR DO
DIREITO DE
SUPERFÍCIE
PROPOSTA Nº 96/92**



DATA: Março/2016

CML / DMGP / DOP

PEDRO QUIRINO ROSA

GONÇALO LENCASTRE

Índice

Sumário executivo	5
1. Âmbito	6
2. Localização e descrição	6
3. Situação Legal	8
4. Metodologia de avaliação	8
5. Cálculos de avaliação:	9
6. Conclusão	12

1. Âmbito

O objetivo desta avaliação é a determinação do valor a liquidar com a constituição de Direito de Superfície, num espaço em subsolo, por um período de 99 anos, e tendo em vista a construção de um parque de estacionamento subterrâneo com 5 pisos em caves.

2. Localização e descrição

Localização

Rua Mário Botas, freguesia do Parque das Nações, Lisboa, concelho de Lisboa.

A parcela de terreno destinado à implantação do parque de estacionamento localiza-se em posição frontal ao Hospital CUF Descobertas existentes.

A rua confina com a Rua Corsário das Ilhas e Rua Argonautas.

O imóvel em apreço insere-se numa zona da Urbe de Lisboa já consolidada em termos urbanísticos, caracterizada pela predominância de um edificado de utilização coletiva e com todos os serviços presentes numa envolvente relativamente próxima, destacando-se entre outros o o Hospital da CUF Descobertas. O nível de equipamento urbano classifica-se de excelente.

As acessibilidades e a rede de transportes públicos que serve a localização em análise considera-se como excelente.

De destacar, falta de estacionamento público nas proximidades do Hospital CUF Descobertas e futuramente com a ampliação que será levada a cabo neste equipamento, esse problema torne-se-à mais evidente, pelo que justifica a oportunidade de aumento da oferta dos estacionamentos disponíveis.

Descrição e áreas

Construção composta por 5 pisos subterrâneos: piso (0 – de entrada), (-1), (-2), (-3), (-4) e (-5).

H=2,90 mts de laje a laje.

O edifício a construir terá uma área bruta de construção de 13.5597,65 m2, distribuída pelos 5 pisos, e uma área de implantação de 2.597,50 m2.

As áreas de construção, distribuídas pelos vários pisos, são as que se discriminam no quadro seguinte:

Piso	Área bruta (m2)	Nº de estacionamentos	Área bruta média por lugar (m2)
Implantação	2.597,65		
Piso 0 (entrada)	534,40	-	-
Piso -1	2.597,65	44	59
Piso -2	2.597,65	68	38
Piso -3	2.597,65	68	38
Piso -4	2.597,65	68	38
Piso -5	2.597,65	64	41
Total =	13.522,65	312	43

3. Situação Legal

Ónus ou encargos	A propriedade não tem ónus ou encargos que pudessem eventualmente limitar o seu valor.
Potencialidade de construção	<p>Considerou-se a superfície de construção bruta que está contemplada no projeto de arquitetura.</p> <p>Assume-se para efeitos de avaliação imobiliária, que este cenário de desenvolvimento, constitui a máxima e melhor utilização.</p>

4. Metodologia de avaliação

Critérios de avaliação	<p>Valor do direito de superfície determinado de acordo com o disposto na Proposta N.º 96/92.</p> <p>Para determinar o valor de mercado do futuro edifício já concluído, recorreu-se ao método do rendimento.</p> <p>Para determinar o valor atual do terreno em subsolo, estimou-se o valor residual, método estático.</p>
Metodologia	<p>O valor do direito de superfície foi estimado tendo em consideração um período de 99 anos, e portanto o seu valor é dado por: $VS = VM \times n / 100$, sendo VS o valor do direito de superfície, VM o valor de mercado do imóvel, e <u>n</u> o n.º de anos do período a constituir o direito de superfície.</p> <p>Neste caso, VM é o valor de mercado do terreno em subsolo, apto para construção do projeto dos parques de estacionamento.</p> <p>O Valor de Mercado foi determinado pelo método do valor residual, abordagem estática, estimando, em primeiro lugar, o valor dos</p>

estacionamentos como concluídos pelo método do rendimento.

O valor do rendimento dos lugares de estacionamento, é estimado com a atribuição de uma renda mensal ilíquida para cada lugar de estacionamento, a ponderação de encargos relacionados com a exploração e manutenção do imóvel, e a consequente determinação das rendas mensais líquidas.

Essas rendas líquidas capitalizadas a uma taxa normal para este segmento de mercado, permite obter o valor dos estacionamentos como concluídos.

O valor atual do terreno em subsolo, corresponde à diferença entre o valor como concluído, e todos os custos de desenvolvimento do projeto, incluindo os custos diretos de construção e todos os custos indiretos, relacionados com as taxas e licenças, projetos, fiscalização, encargos administrativos, encargos financeiros, e custos com a comercialização, marketing e publicidade.

5. Cálculos de avaliação:

O valor base do rendimento médio anual ilíquido por lugar de estacionamento é de 135,00 €/lugar/mês (cento e trinta e cinco euros mensais por unidade de estacionamento).

Entende-se que com o aumento registado da pressão da procura por lugares de estacionamento, derivado dos aumentos de áreas de construção de escritórios e do Hospital CUF Descobertas existentes., uma operação de exploração ou arrendamento dos lugares de estacionamento, evolui gradualmente para um grau de risco associado tendencialmente mais reduzido.

Com base na metodologia de avaliação descrita, apresentam-se os quadros com os cálculos de avaliação dos estacionamentos como concluídos, pelo método do rendimento:

Piso	Projeto		Renda Potencial Ilíquida				Renda Líquida			Valor de Mercado Potencial (€)	
	Área bruta (m2)	Nº de estacionamentos	Área média por lugar (m2)	Renda bruta por lugar (€/mês)	Renda mensal por total (€/mês)	% encargos	Renda mensal líquida (€/mês)	Yield líquido (%)	Valor de Mercado Potencial (€)	Valor de Mercado Potencial por lugar (€)	
Implantação	2.597,65										
Piso 0 (entrada)	534,40	-	-	- €	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	- €	
Piso -1	2.597,65	44	59	135,00 €	5.940,00 €	10,00%	5.346,00 €	7,50%	855.360,00 €	19.440,00 €	
Piso -2	2.597,65	68	38	135,00 €	9.180,00 €	10,00%	8.262,00 €	7,50%	1.321.920,00 €	19.440,00 €	
Piso -3	2.597,65	68	38	135,00 €	9.180,00 €	10,00%	8.262,00 €	7,50%	1.321.920,00 €	19.440,00 €	
Piso -4	2.597,65	68	38	135,00 €	9.180,00 €	10,00%	8.262,00 €	7,50%	1.321.920,00 €	19.440,00 €	
Piso -5	2.597,65	64	41	135,00 €	8.640,00 €	10,00%	7.776,00 €	7,50%	1.244.160,00 €	19.440,00 €	
Total =	13.522,65	312	43		42.120,00 €		37.908,00 €		6.065.280,00 €	19.440,00 €	
Valor de Mercado Potencial como concluído =									6.065.280,00 €		

Obtém-se um valor final como concluído, e pronto a entrar na fase de plena utilização, de **6.065.280 €**.

Considerando um custo unitário de construção global para os 6 pisos de 300,00 €/m2 (euros por unidade de superfície de construção), o que inclui todas as pinturas e equipamentos que permitam a plena utilização e exploração dos estacionamentos, bem como, os custos indiretos em função da dimensão do empreendimento, mas também em função da sua natureza específica, estimaram-se os custos diretos e indiretos para desenvolver o empreendimento:

CUSTOS DIRETOS

	Área de construção (m ²)	Custo Unitário de construção (€/m ²)	Custo de construção (€)
Construção de 5 pisos subterrâneos para estacionamento	13.522,65	300,00 €	4.056.795,00 €

CUSTOS INDIRETOS

Taxas e licenças	13.522,65	0,30 €	4.056,80 €
Projetos	0,50%		20.283,98 €
Fiscalização	1,50%		60.851,93 €
Administrativos	1,00%		40.567,95 €
Encargos financeiros	4,00%		162.271,80 €
Comerciais	0,50%		20.283,98 €
Marketing e publicidade	0,50%		20.283,98 €
Total dos custos indiretos =			328.600,40 €

Obtendo-se um valor como concluído de **6.065.280 €**, uns custos diretos de construção de **4.056.795 €**, e um total de custos indiretos de **328.600,40 €**, ao fim do prazo da construção o empreendimento gera uma margem bruta de **1.679.884,61 €**.

Estabelecendo um período de construção de 1 ano, essa margem atualizada a tempo presente, e considerando uma taxa de atualização anual de 8,0 %, a margem bruta obtida, corresponde a uma margem a valores atuais de **1.555.448,71 €**, e que se traduz no valor de mercado atual do terreno (corresponde a um valor unitário de 115,03 €/m² por unidade de superfície de construção).

Uma vez que a fórmula de cálculo para o direito de superfície por n anos é $VS = VM \times n / 100$, sendo VS o valor do direito de superfície, VM o valor de mercado do imóvel, e n o nº de anos pelo qual é constituído o direito de superfície, o valor do direito de superfície fica:

$VS = VM \times n / 100 = VM \times 99 / 100 = 571.104,33 \text{ €} \times 99 / 100 = 1.539.894,22 \text{ €}$, o que arredondado aos milhares de euros, fica:

$$VS = 1.540.000 \text{ €}$$

Este valor de 1.540.000,00 € corresponde a **113,88 €/m²** por unidade de superfície de construção.

O quadro com os cálculos discriminados do valor residual, é o seguinte:

CASH-FLOW GERADO

Cash-flow líquido do ano 1 1.679.884,61 €

Taxa de atualização 8,00%

VALOR DA PROPRIEDADE PLENA

Valor líquido do terreno = 1.555.448,71 €

Valor unitário líquido do terreno = 115,03 €

VALOR DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Nº de anos da constituição do direito de superfície 99

Valor do direito de superfície = 1.539.894,22 €

Valor unitário do Direito de Superfície = 113,88 €

Arredondando = 1.540.000,00 €

CONCLUSÃO

Valor atual do direito de superfície 1.540.000,00 €

6. Conclusão

Tendo em consideração as áreas de implantação e de construção constantes nos quadros sinópticos do projeto, as normas do cálculo do direito de superfície da Câmara Municipal de Lisboa, e as metodologias universalmente aceites para a estimativa do valor de mercado, o valor do direito de superfície é:

Valor do Direito de Superfície (por 99 anos):

1.540.000 € (Um milhão quinhentos e quarenta mil euros).

Lisboa, 1 de Março de 2016


Pedro Quirino Rosa


Gonçalo Lencastre

11/2/2016

**PROGRAMA DA HASTA PÚBLICA
PARA A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE, EM
SUBSOLO, DA PARCELA MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 2.597,65 M2,
SITA NA RUA MÁRIO BOTAS, PELO PRAZO DE 99 ANOS,
IMPRORROGÁVEIS.**

1. OBJETO DA HASTA PÚBLICA

1.1. A presente hasta pública tem por objeto a constituição do direito de superfície, em subsolo, da parcela municipal, com a área de 2.597,65 m² sita na Rua Mário Botas, identificada na Planta n.º 16/017/DMGP, pelo prazo de 99 anos, improrrogáveis.

1.2. A cedência em direito de superfície destina-se à construção de um parque de estacionamento em subsolo, com cinco pisos, com a capacidade prevista de 312 lugares de estacionamento em subsolo.

1.3. A parcela de terreno confronta a Norte com a Rua Corsário das Ilhas, a Sul com a Rua Mário Botas, a Nascente com a Rua do Adeus Português e terrenos particulares e a Poente com o Hospital CUF Descobertas.

1.4. Na superfície da parcela de terreno a ceder, à cota de 17,22 e 19,56, encontra-se construída e em utilização a faixa rodoviária e pedonal da Rua Mário Botas, sobre a qual deverá ser constituída uma servidão de passagem pública de veículos e peões.

2. CONSULTA DAS PEÇAS DA HASTA PÚBLICA E OBTENÇÃO DE CÓPIAS

2.1. As peças da Hasta Pública encontram-se disponíveis para consulta no Departamento de Modernização e Sistemas de Informação – Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral, sito no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em Lisboa, nos dias úteis entre as 08h e as 20h, desde a data da publicação do Edital até às 20 horas do dia [data].

2.2. A cópia das peças poderá ser solicitada e levantada na morada indicada no número anterior, mediante o pagamento da quantia calculada nos termos da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, até 2 (dois) dias antes do termo do prazo fixado para a entrega das propostas.

2.3. Os interessados poderão igualmente descarregar as peças da Hasta Pública no sítio da Internet www.cm-lisboa.pt

2.4. É da exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com as peças patenteadas.

3. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS

3.1. A entidade que preside à hasta pública é o Município de Lisboa representado pela Comissão para tal designada, instalada na Direção Municipal de Finanças – Departamento de Aprovisionamentos – Central de Compras Municipal, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 9, Bloco A, em 1749-099 Lisboa, com os seguintes contactos: 21 798 8558 e dmf.ccm.dp@cm-lisboa.pt.

3.2. Qualquer entidade poderá, no primeiro terço do prazo para entrega das propostas, a contar da publicação do anúncio, solicitar, por escrito àquela Comissão, para a morada indicada no número anterior, os esclarecimentos que entender por necessários.

3.3. O Município de Lisboa poderá recusar prestar os esclarecimentos solicitados se os entender absolutamente inadequados à formulação da proposta. Todos os esclarecimentos que mereçam resposta do Município de Lisboa serão facultados aos requerentes durante o segundo terço do prazo para entrega das propostas.

3.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas advertindo os interessados da sua existência e dessa junção.

4. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA

Apenas se podem habilitar à presente hasta pública, as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no Anexo I.

5. VALOR BASE DE LICITAÇÃO

O valor base de licitação para a constituição em direito de superfície, em subsolo, da parcela municipal, pelo prazo de 99 anos, é de € 1.540.000,00 (um milhão quinhentos e quarenta mil euros), correspondendo ao valor unitário por metro

quadrado de construção de € 113,88 (cento e treze euros e oitenta e oito cêntimos) ou de € 4.935,00 (quatro mil novecentos e trinta e cinco euros) por lugar de estacionamento.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS:

6.1. Todos os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Declaração, sob compromisso de honra, elaborada nos termos do Anexo I;
- b) Certificado do registo criminal do candidato e, no caso de pessoas coletivas, certificado do registo criminal da pessoa coletiva e de cada membro dos órgãos de gestão (gerência, administração, direção);
- c) Código de acesso à certidão permanente do registo comercial ou fotocópia simples da certidão de registo comercial emitida pela conservatória do registo comercial, válida e atualizada;
- d) Certidão comprovativa de que a situação tributária do candidato se encontra regularizada ou comprovativo da autorização conferida para que o Município de Lisboa proceda à respetiva consulta em www.portaldasfinancas.gov.pt
- e) Certidão comprovativa de que a situação do candidato se encontra regularizada perante a segurança social ou comprovativo da autorização conferida para que o Município de Lisboa proceda à respetiva consulta em www.seg-social.pt
- f) Procuração, elaborada nos termos do Anexo II, conferindo poderes de representação do candidato na hasta pública em que terá lugar a licitação ou ata do órgão social estatutariamente competente para delegar competência num gerente ou administrador para representar isoladamente a pessoa coletiva, nos casos em que esta se obrigue pela assinatura de 2 (dois) ou mais membros do órgão de gestão.

6.2. Todos os documentos a que se referem as alíneas anteriores terão necessariamente de ser redigidos em língua portuguesa.

7. PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser elaborada de acordo com o modelo junto como Anexo III, com indicação do preço oferecido, de valor igual ou superior ao preço base de licitação, sob pena de exclusão da proposta.

7.2. Cada proposta deve ser acompanhada de um cheque visado, emitido à ordem do Município de Lisboa, no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor proposto.

8. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. Os documentos referidos em 6.1 supra, são apresentados em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra **“DOCUMENTOS”**.

8.2. As propostas de preço são apresentadas em invólucros opacos e fechados, em cujo rosto se deve escrever a palavra **“PROPOSTA”**.

8.3. Os invólucros referidos nos números anteriores são, por sua vez, guardados num outro invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra **“SOBRESCRITO EXTERIOR”**, bem como a designação da hasta pública e da entidade que a lançou.

9. PROPOSTA CONDICIONADA E COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.

10. ENTREGA DAS PROPOSTAS

10.1. As propostas são remetidas pelo correio em envelope opaco e fechado, sob registo e com aviso de receção ou entregues por mão própria, pelos candidatos ou seus representantes, contra recibo, devendo as mesmas, em qualquer dos casos, dar entrada no Departamento de Modernização e Sistemas de Informação – Divisão de Relação com o Munícipe – Atendimento Geral, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em 1749-099 Lisboa, até às 20:00 horas do dia [data].

10.2. Se o envio das propostas for efetuado pelo correio ou entregue em local diferente do indicado no ponto anterior, os candidatos são os únicos responsáveis pelos atrasos que porventura se verifiquem, não constituindo motivo de reclamação o facto da entrega das propostas ocorrer já depois de esgotado o prazo fixado para a entrega das mesmas.

11. CAUSAS DE EXCLUSÃO

11.1. Constituem causas de exclusão dos candidatos:

- a) A não apresentação de um qualquer dos documentos exigidos no ponto 6.º do presente Programa;
- b) A não apresentação da proposta até à data limite fixada no n.º 1 do ponto 10.º do presente Programa;
- c) A existência de dívidas ao fisco ou à Segurança Social;
- d) A existência de dívidas ao Município de Lisboa, por período superior a 60 (sessenta) dias para além do prazo de liquidação, situação que, a ser apurada posteriormente, leva a que a adjudicação seja considerada sem efeito, sucedendo, nesse caso, o proponente com a proposta melhor proposta.

11.2. Constituem causas de exclusão das propostas:

- a) A não observação do disposto nos pontos 7.º e 8.º do presente Programa;
- b) A apresentação de proposta condicionada ou que envolva alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos;
- c) A apresentação de valores inferiores ao valor base de licitação indicado no ponto 5.º do Programa.

12. LOCAL, DIA E HORA DO ATO PÚBLICO

12.1. O ato público realizar-se-á às 10.00 horas do dia [data], na sala de concursos da Central de Compras Municipais, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 1, Bloco F, em 1749-099 Lisboa.

12.2. Só podem intervir no ato público os candidatos e seus representantes que para o efeito estiverem devidamente legitimados, com poderes para o ato, bastando, para tanto, a exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade e de procuração emitida pela sociedade ou agrupamento, elaborada nos termos do Anexo II, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes.

13. TRAMITAÇÃO DO ATO PÚBLICO

13.1. Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da hasta pública e à abertura dos sobrescritos exteriores recebidos, bem como os relativos

aos “Documentos” mencionados no ponto 6.º, mantendo-se inviolados os invólucros das “Propostas” a que alude o ponto 8.3 do presente Programa.

13.2. A Comissão procede, depois, à leitura da lista de candidatos elaborada de acordo com a ordem de entrada das propostas entregues.

13.3. Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos candidatos e dos seus representantes.

13.4 As “Propostas” são guardadas num invólucro opaco e fechado, que deve ser assinado pelos membros da Comissão.

13.5. De seguida, interrompe-se o ato público para a Comissão proceder, em sessão privada, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos.

13.6. A Comissão rubrica os documentos mencionados no número anterior, e procede à sua análise, deliberando sobre a admissão ou exclusão dos proponentes, sendo que são excluídos os proponentes que se enquadrem numa das situações previstas no ponto 11.º do presente Programa.

13.7. Reaberto o ato público, a Comissão transmite as deliberações tomadas, dando-se continuidade àquele ou fixando-se dia e hora para a continuação do mesmo.

13.8. Depois, a Comissão procede à abertura dos invólucros das “Propostas” a que se refere o artigo 7.º, deliberando sobre a admissão ou exclusão dos candidatos, devendo ser excluídos os que não cumpram o disposto no ponto 7.º do presente Programa.

13.9. De imediato, é aberta a praça iniciando-se a licitação a partir do valor mais elevado apresentado nas Propostas admitidas.

13.10. No ato público da praça, procede-se à licitação verbal entre os candidatos, que podem ser os próprios ou seus representantes devidamente legitimados com poderes bastantes para o efeito, conferidos através de procuração a que se refere a alínea f) do ponto 6.1 do presente Programa.

13.11. Os lanços não poderão ser inferiores a 2% do valor base de licitação, ou seja inferiores a € 30.520,00 (trinta mil, quinhentos e vinte euros).

13.12. A licitação termina quando tiver sido anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

14. ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

14.1. Encerrada a licitação, a comissão procede à adjudicação provisória a quem tenha apresentado o valor mais elevado.

14.2. No ato público, serão pagos 10% (dez por cento) do valor total da arrematação.

14.3. Para efeitos do número anterior, o adjudicatário procede ao pagamento da diferença entre o valor correspondente aos 10% (dez por cento) do preço da arrematação e o valor do cheque visado que acompanhou a proposta.

14.4. O adjudicatário deverá proceder ao pagamento de mais 10% (dez por cento) do valor adjudicado no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação definitiva.

14.5. O não cumprimento por parte do adjudicatário provisório do preceituado nos números anteriores, tornará a adjudicação nula e de nenhum efeito, perdendo este a totalidade do valor que tenha entregue ao Município de Lisboa.

14.6. Os cheques que acompanham as propostas dos candidatos a quem não foi efetuada a adjudicação provisória serão entregues aos candidatos ou seus representantes, com poderes para o efeito, após o encerramento do ato público, sem direito a qualquer compensação ou juros.

15. NÃO ADJUDICAÇÃO

15.1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Não tenha sido apresentada qualquer proposta;
- b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) A licitação não for igual ou superior ao valor base de licitação indicado no ponto 5.º;
- d) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- e) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da Hasta Pública, o justifiquem;

15.2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os candidatos.

15.3. No caso da alínea d) do número anterior, dar-se-á início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

16. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Todos os candidatos estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os preços resultantes das suas licitações, pelo prazo de sessenta dias, contado a partir da data do ato público.

17. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA

A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete ao Presidente da Câmara Municipal, devendo o interessado ser notificado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar do despacho de adjudicação definitiva.

18. MINUTA DO CONTRATO

O adjudicatário definitivo fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato escrito no prazo de 8 dias úteis a contar da data da receção da respetiva minuta, findo o qual, se o não fizer, a mesma se considerará aprovada.

19. ENCARGOS

São encargos dos candidatos as despesas inerentes à elaboração das propostas, incluindo as relativas à celebração do contrato, no caso do adjudicatário definitivo.

20. TRAMITAÇÃO SUBSEQUENTE

20.1. O contrato de direito de superfície deverá ser celebrado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da aprovação da respetiva minuta.

20.2. O Município de Lisboa notificará por escrito o adjudicatário definitivo da data da celebração do contrato de direito de superfície, com a antecedência mínima de 8 dias.

20.3. No caso de o adjudicatário definitivo não comparecer na data prevista para a celebração do contrato de constituição do direito de superfície, sem motivo justificado, perderá o valor da totalidade das quantias entregues ao Município de Lisboa.

21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

À presente hasta pública é aplicável o Regulamento do Património, aprovado pelo Despacho do Presidente da Câmara de 6 de Janeiro de 1968, na redação dada pela Deliberação n.º 105/AM/2005, publicada no Boletim Municipal n.º 604, de 15 de Setembro de 2005 e subsidiariamente o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação atual e demais legislação em vigor.

CADERNO DE ENCARGOS

1. OBJETO

1.1. A presente hasta pública tem por objeto a constituição do direito de superfície, em subsolo, da parcela municipal, com a área de 2.597,65 m², sita na Rua Mário Botas, identificada na Planta n.º 16/016/DMGP, pelo prazo de 99 anos, improrrogáveis.

1.2. A parcela de terreno confronta a Norte, com a Rua Corsário das Ilhas, a Sul com a Rua Mário Botas, a Nascente com a Rua do Adeus Português e terrenos particulares e a Poente com o Hospital CUF Descobertas.

1.3. Na superfície da parcela de terreno a ceder, à cota de 17,22 e 19,56, encontra-se construída e em utilização a faixa rodoviária e pedonal da Rua Mário Botas, sobre a qual deverá ser constituída uma servidão de passagem pública de veículos e peões.

2. CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO

As características gerais e localização do estacionamento em subsolo são as indicadas no Estudo, que se junta em anexo.

3. FINALIDADE

3.1. Para efeitos do presente Caderno de Encargos, o direito de superfície em subsolo destina-se à construção de um parque de estacionamento, com cinco pisos, com a capacidade prevista de 312 lugares de estacionamento.

3.2. Caso o superficiário pretenda aumentar a capacidade do número de lugares de estacionamento, deverá apresentar tal pedido e instruir o respetivo pedido de licenciamento.

3.3. A aprovação, em sede de licenciamento, do aumento do número de lugares de estacionamento dará lugar ao cálculo de uma compensação a pagar pelo superficiário ao Município de Lisboa, calculada nos seguintes termos:

a) Valor da Arrematação/N.º de Lugares de Estacionamento (312 lugares) = Valor por Lugar de Estacionamento;

b) N.º de Lugares Adicionais x Valor por Lugar de Estacionamento = Compensação devida ao Município de Lisboa.

3.4. O valor apurado nos termos do número anterior será atualizado por aplicação do índice de preços no consumidor sem habitação, para o continente.

3.5. Se ao aumento do número de lugares de estacionamento corresponder ao aumento da área cedida ou dos limites do direito de superfície, deverão as partes celebrar um aditamento ao respetivo contrato.

4. PRAZO

O direito de superfície tem o prazo de duração de 99 anos, improrrogáveis, contados a partir da data da assinatura do contrato de constituição do direito de superfície.

5. PAGAMENTO

5.1. O adjudicatário deve liquidar a importância correspondente a 10% (dez por cento) do valor da arrematação no ato público, nos termos dos pontos 14.2. e 14.3. do Programa da Hasta Pública.

5.2. O adjudicatário deverá proceder ao pagamento de mais 10% (dez por cento) do valor adjudicado no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação definitiva, nos termos do ponto 14.4. do Programa da Hasta Pública.

5.3. O remanescente deverá ser pago na data da celebração do contrato de constituição do direito de superfície.

6. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1. O Município de Lisboa tem a obrigação de entregar ao superficiário a parcela de terreno no estado em que esta se encontra, livre de ónus ou encargos.

6.2. O Município de Lisboa compromete-se a colaborar com o superficiário para a obtenção do melhor resultado com vista ao cumprimento da finalidade prevista no contrato de direito de superfície.

6.3. O exercício pelo Município de Lisboa das prerrogativas e poderes conferidos por normas legais ou regulamentares não constitui obstáculo ao cumprimento das obrigações do superficiário.

7. CONSTRUÇÃO

7.1. O superficiário obriga-se a entregar todos os elementos necessários à aprovação do licenciamento da construção do parque de estacionamento e respetivos acessos, no prazo máximo de 180 dias a contar da data da celebração do contrato de constituição do direito de superfície.

7.2. A obra de construção deverá iniciar-se no prazo máximo de 180 dias a contar da data do deferimento do pedido de licenciamento.

7.3. A conclusão da obra deverá obedecer escrupulosamente o prazo determinado no licenciamento e constante do alvará de construção, sem prejuízo das prorrogações que eventualmente venham a ser solicitadas e deferidas pelo Município de Lisboa.

7.4. O superficiário obriga-se a executar os arranjos necessários à superfície decorrentes da construção do parque de estacionamento e respetivos acessos pedonais e rodoviários.

8. OBRIGAÇÕES DO SUPERFICIÁRIO

8.1. O superficiário obriga-se ainda, durante a vigência da contrato de direito de superfície, designadamente, a:

- a) Elaborar, a expensas suas, todos os estudos, projetos ou quaisquer documentos que sejam necessários para o licenciamento da construção do parque de estacionamento e respetivos acessos e o exercício da atividade prevista no objeto do contrato;
- b) Entregar, para efeitos de aprovação pela Câmara Municipal, o Regulamento Interno do parque de estacionamento e o respetivo Tarifário, previamente ao início de exploração do parque, bem como de quaisquer alterações;
- c) Cumprir as suas obrigações fiscais e perante a Segurança Social, bem como pagar todas as taxas, contribuições e impostos legalmente exigidos, bem como autorizar o Município de Lisboa a consultar, por via eletrónica, a sua situação contributiva perante as finanças e a segurança social;
- d) Manter todas as instalações e serviços que integram a área cedida em bom estado de conservação e em condições que garantam a normalidade da circulação

rodoviária e pedonal no interior do parque de estacionamento e nos respetivos acessos pedonais e rodoviários à superfície;

e) Garantir que as instalações, equipamentos e serviços da área cedida dão adequada satisfação sob os aspetos de estética, higiene, qualidade e salubridade e proporcionam serviços cómodos, seguros, rápidos e eficientes aos utilizadores;

f) Garantir a qualidade do acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida ao Parque de Estacionamento;

g) Em caso de destruição, reconstruir o parque de estacionamento e os respetivos acessos pedonais e rodoviários no prazo máximo de 3 anos a contar da data da sua destruição, ou em caso de destruição parcial, no prazo razoável fixado pelo Município de Lisboa, mas que não poderá nunca exceder ao anteriormente referido;

h) Obter atempadamente junto das entidades competentes, bem como manter permanentemente atualizados todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações, exigidas por lei ou regulamento para a construção, instalação e manutenção de equipamentos e o desenvolvimento da atividade;

i) Cumprir todas as obrigações e suportar os custos e encargos relativos ao cumprimento de normas de natureza ambiental;

j) Praticar uma política preventiva de acidentes, de trabalho ou outros, disponibilizando e divulgando a informação necessária, em locais que sejam facilmente acessíveis a colaboradores e utentes;

k) Contratar e manter em vigor os seguros necessários ao exercício da atividade e os relativos à execução das obras na parcela cedida;

l) Colaborar com todas as entidades que tenham competência de fiscalização ou inspeção relativamente à atividade desenvolvida na parcela cedida, acatando prontamente as suas ordens e instruções;

m) Colaborar com as autoridades policiais em tudo o que lhe seja solicitado na área cedida e nas zonas de acesso à mesma;

n) Dar conhecimento imediato ao Município de Lisboa de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar o cumprimento pontual de qualquer das obrigações emergentes do contrato;

- o) Entregar, no termo do direito de superfície, a parcela municipal com todas as edificações nela construídas, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indenização;
- p) Cumprir todas as demais obrigações resultantes do presente Caderno de Encargos, de lei ou regulamento municipal em vigor.

9. LIMPEZA E SEGURANÇA

- 9.1. O superficiário deve manter em perfeito estado de conservação e limpeza todas as zonas, instalações e equipamentos que integram a área cedida e os respectivos acessos, nomeadamente as edificações, pavimentos, bem como as infraestruturas.
- 9.2. As instalações sanitárias devem ter a assistência necessária a garantir um constante estado de asseio e a existência dos utensílios de higiene necessários.
- 9.3. O superficiário garantirá a existência durante vinte e quatro horas por dia de meios humanos e meios eletrónicos de prevenção e deteção, com a função de assegurar a vigilância permanente de todas as instalações existentes na área cedida e respectivos acessos.
- 9.4. O superficiário equipará a área cedida de um sistema de filmagem constante com gravação de imagens, e com comunicação direta às autoridades policiais, devendo cumprir a legislação em vigor em matéria de tratamento de dados pessoais.
- 9.5. Todos os encargos com a segurança da área cedida e respectivos acessos, bem como a sua atualização ou a correção de deficiências nesta matéria, são da responsabilidade do superficiário.

10. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

- 10.1. O superficiário deve manter e conservar o pavimento e as construções edificadas na área cedida, durante todo o período da vigência do contrato, de modo a que no termo do prazo do direito de superfície estejam em plenas condições de funcionamento.
- 10.2. Todos os equipamentos instalados na área cedida, destinados a prestar ou a criar as condições adequadas para a prestação dos serviços de apoio aos utentes, terão de estar sempre em bom estado de conservação e utilização e ser

imediatamente substituídos ou atualizados quando não cumpram a sua função, ou revelarem falta de capacidade ou operacionalidade.

10.3. As revisões e reparações dos equipamentos, quando necessárias, serão efetuadas, a expensas do superficiário, no mais curto espaço de tempo possível, de forma a minimizar os impactos sobre o normal funcionamento e acesso ao parque de estacionamento.

11. ENCARGOS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

11.1. São da responsabilidade do superficiário todos os encargos relativos ao licenciamento da construção do parque de estacionamento, equipamentos, atividade e exploração do mesmo, incluindo a conservação e manutenção da área cedida, nomeadamente os que dizem respeito ao fornecimento e, ou, abastecimento de energia elétrica, comunicações e telecomunicações, e tudo o que seja necessário a uma operação de qualidade.

11.2. O superficiário deve privilegiar o recurso a fontes energéticas não poluentes e renováveis, e aplicar as melhores práticas ambientais.

12. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

O parque de estacionamento deve funcionar entre as 0h às 23 h59m, todos os dias do ano.

13. SINALIZAÇÃO

13.1. Cabe ao superficiário a aquisição, instalação, montagem e manutenção de toda a sinalização indispensável à identificação no exterior de parque de estacionamento, bem como à circulação automóvel e de peões no interior do parque de estacionamento e respetivos acessos.

13.2. Sempre que se verifiquem situações que provoquem alteração das condições de circulação de veículos e de pessoas dentro da área cedida e respetivos acessos, o superficiário deverá instalar um sistema de sinalização temporária, retirando-o quando tal deixe de ser necessário.

14. EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

14.1. O superficiário não terá qualquer direito de reclamação ou indemnização, seja a que título for, em consequência de alterações de tráfego na via de acesso ao parque de estacionamento resultante de obras de beneficiação, reparação, alargamento ou outra, realizadas na via pública, medidas de carácter policial, acidentes ou encerramento temporário.

14.2. O Município de Lisboa deverá avisar o superficiário, com antecedência adequada, da necessidade de realização de obras na estrada, que tenham influência determinante no acesso ao parque de estacionamento, salvo se se tratar de intervenções de natureza urgente.

15. RESPONSABILIDADE EXTRA-CONTRATUAL

O superficiário é responsável por todos os danos causados ao Município de Lisboa ou a terceiros, em resultado da sua ação ou omissão, durante a vigência do direito de superfície.

16. SEGUROS E RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. O superficiário celebrará e manterá em vigor os seguros que a seguir se descrevem, e cuja vigência deverá assegurar durante a vigência do direito de superfície:

- a) Seguro de cobertura de perdas e danos acidentais causados à infraestrutura construída ou na via pública existente à superfície, que garanta o valor de reconstrução;
- b) Seguro de responsabilidade civil de exploração, que garanta a responsabilidade civil
extracontratual do superficiário derivada dos riscos da atividade que exerce;
- c) Seguros de acidentes de trabalhos, nos termos da lei.

16.2. Previamente à realização das obras de construção do parque de estacionamento e respetivos acessos, o superficiário contratará seguro de responsabilidade civil adequado que garanta o pagamento de indemnizações que possam vir a ser devidas.

17. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

17.1. O direito de superfície não poderá ser transmitido, total ou parcialmente, sem autorização expressa e prévia do Município de Lisboa, estando igualmente vedado ao superficiário a celebração de quaisquer contratos que, mesmo sem essa denominação, pretendam objetivamente obter resultado semelhante ou idêntico, total ou parcial.

17.2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve o superficiário remeter ao Município de Lisboa toda a documentação que lhe foi exigida no âmbito da hasta pública.

17.3. É permitida a cessão da posição contratual por parte do Município de Lisboa, bastando para o efeito que este comunique tal ato ou facto ao superficiário, para a produção de todos os efeitos legais e contratuais.

17.4. No caso de alguma outra pessoa coletiva suceder legalmente ao Município de Lisboa, a posição contratual deste transfere-se automaticamente para essa nova pessoa coletiva, sem necessidade da comunicação referida no número anterior.

17.5. Fica igualmente dependente de autorização do Município de Lisboa, a constituição de quaisquer direitos ou garantias reais sobre a parcela cedida em subsolo, mesmo que de natureza temporária.

17.6. Quaisquer atos praticados, ou contratos celebrados, em desrespeito pelo disposto em 17.1 e 17.5, confere o direito do Município de Lisboa rescindir o contrato de constituição do direito de superfície, revertendo para o Município de Lisboa a parcela e a construção nela existente.

18. FISCALIZAÇÃO

18.1. O Município de Lisboa tem o direito de fiscalizar o cumprimento da finalidade do contrato de constituição do direito de superfície, de modo a verificar se o mesmo está a ser devidamente cumprido e se estão a ser respeitadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

18.2. O superficiário obriga-se a facultar o acesso a toda a área cedida ao Município de Lisboa, seus trabalhadores ou entidades externas incumbidas por este de proceder à fiscalização.

19. RESCISÃO

Para além das situações previstas noutras disposições do presente Caderno de Encargos, o Município de Lisboa poderá rescindir o direito de superfície nos seguintes casos:

- a) Apresentação do superficiário à insolvência ou a processo especial de recuperação de empresas;
- b) Incumprimento dos prazos e das obrigações previstos no ponto 7.º do Caderno de Encargos;
- c) Exercício de atividades e prestação de serviços não autorizados ou não previstos no Caderno de Encargos e no contrato de constituição do direito de superfície;
- d) Cessão ou prática de atos que visem a cessão da posição contratual, no todo ou em parte, sem a prévia autorização do Município de Lisboa;
- e) Deficiências graves na organização e regular funcionamento da área cedida e respetivos acessos, bem como omissões geradoras de situações de insegurança para pessoas e bens;
- f) Oposição ao exercício de poderes de fiscalização do Município de Lisboa ou desobediência às suas instruções;
- g) Incumprimento de decisões judiciais ou administrativas;
- h) Em caso de sinistro, incumprimento ou atraso por mais de cento e oitenta dias da obrigação de reconstrução das infraestruturas e reposição de serviços afetados;
- i) Deficiente cumprimento das normas e procedimentos legal ou regularmente obrigatórios;
- j) Não celebração ou não manutenção em vigor dos contratos de seguro que esteja obrigado a celebrar nos termos do presente Caderno de Encargos ou de lei e regulamento.

20. PROCEDIMENTO PARA RESCISÃO

20.1 Verificando-se um dos casos de incumprimento que, nos termos do número anterior, possa motivar a rescisão do contrato de constituição do direito de superfície, o Município de Lisboa notificará o superficiário para que, no prazo que razoavelmente lhe seja fixado em atenção à situação em causa, sejam integralmente

cumpridas as suas obrigações e corrigidas ou reparadas as consequências, quando possível.

20.2. Em caso de incumprimento do disposto no número anterior, o Município de Lisboa poderá rescindir, de imediato, o respetivo contrato, mediante comunicação enviada ao superficiário, por correio registado com aviso de receção.

21. INCUMPRIMENTO

As partes são responsáveis, nos termos gerais, pelo ressarcimento dos danos causados pelo incumprimento contratual.

22. CESSAÇÃO DE RELAÇÕES CONTRATUAIS DO SUPERFICIÁRIO COM TERCEIROS

No termo do direito de superfície ou com a sua rescisão cessam automaticamente todas as relações contratuais que o superficiário tenha estabelecido com terceiros para o desenvolvimento da atividade na área cedida.

23. REVERSÃO

Operada a extinção do direito de superfície, por qualquer causa, a parcela de terreno com todas as construções e instalações existentes, reverterá para o Município de Lisboa, não tendo o superficiário direito a qualquer indemnização.

24. ARBITRAGEM

24.1. A resolução de todo e qualquer litígio emergente da interpretação, aplicação ou execução de qualquer das cláusulas anteriores, fica sujeito a um tribunal arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro.

24.2. Para efeitos do disposto no número anterior, a tribunal arbitral será constituído *ad hoc* da seguinte forma:

- a) Cada Parte nomeará um árbitro e estes dois árbitros acordarão sobre a nomeação de um terceiro árbitro, que presidirá.
- b) Os árbitros serão nomeados no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que uma das Partes tenha notificado a outra da sua intenção de submeter o diferendo a um tribunal arbitral.
- c) O presidente será nomeado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da nomeação dos restantes árbitros.

- d) Na ausência de acordo quanto à nomeação do Presidente, qualquer das partes poderá solicitar ao presidente do tribunal da Relação que proceda à respetiva nomeação.
- e) O tribunal arbitral determinará as suas regras de procedimento.
- f) O tribunal arbitral decide por maioria de votos e a sua decisão será definitiva e vinculativa.
- g) Cada Parte suportará os custos com o seu próprio árbitro e da sua representação no processo arbitral. Os custos relativos ao Presidente, bem como os demais custos, serão suportados em partes iguais por ambas as Partes.

25. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

As divergências que existam entre os documentos relativos à hasta pública e o contrato de constituição do direito de superfície devem ser interpretados da seguinte forma:

- a) Em primeiro lugar, aplicam-se as normas imperativas da lei e do Caderno de Encargos;
- b) Em segundo lugar, aplicam-se as disposições do contrato de constituição do direito de superfície, que não colidam com as disposições imperativas da lei e do Caderno de Encargos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º n.º 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 16 de março de 2016, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Voto de Pesar n.º 7/2016 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Nicolau Breyner, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 103/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a decisão de contratar a Empreitada n.º 07/DMPO/DIVPS/DIVPOA/16 – “Requalificação da 2ª Circular entre o Nó da Buraca e o Aeroporto” - Processo n.º 01/CPI/DGES/ND/2016, com recurso a concurso público, aprovação das peças procedimentais, incluindo o projeto de execução, nomeação do júri e de peritos para apoio ao júri, assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 104/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Deliberar ratificar o despacho do Senhor Presidente da CML que aprovou a 6ª alteração orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Abstenções	Contra
	11(8PS e 3Ind.)	2(PCP)	4(3PPD/PSD e 1CDS/PP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 111/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar e autorizar a despesa inerente à celebração do Contrato de Arrendamento para fins não habitacionais entre Município de Lisboa e o Entrepasto, Gestão Imobiliária, SA, pelo prazo de 5 anos, bem como sujeitar à autorização da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Abstenções	Contra
	14(8PS, 3Ind., 3PPD/PSD)	---	3(1CDS/PP e 2PCP)

Proposta n.º 112/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno sita na Rua Mário Botas e o lançamento de uma hasta pública para a constituição de um direito de superfície, em subsolo, sobre a mesma parcela de terreno, para a construção de um parque de estacionamento automóvel, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Abstenções	Contra
	14(8PS, 3Ind., 3PPD/PSD)	3(1CDS/PP e 2PCP)	---

Proposta n.º 113/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a permuta do direito de superfície constituído a favor do Sporting Clube de Portugal (SCP) a coberto da Proposta n.º 150/2005, sita na Avenida Santos e Castro, por um novo direito de superfície a constituir sobre uma parcela de terreno municipal sita na Avenida dos Condes de Carnide/Estrada Militar, para instalação de um posto de abastecimento de combustíveis, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Abstenções	Contra
	14(8PS, 3Ind. e 3PPD/PSD)	---	2(PCP)

O Senhor Vereador do CDS/PP não participou na discussão e votação



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Nos termos do n.º 3 do Art. 57º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Paula Silva* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho em Lisboa, aos 16 de março de 2016

O Presidente

Fernando Medina
- Fernando Medina -

PROPOSTA 112/2016 – APROVAR SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA MÁRIO BOTAS E O LANÇAMENTO DE UMA HASTA PÚBLICA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE, EM SUBSOLO, SOBRE A MESMA PARCELA DE TERRENO, PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO AUTOMÓVEL, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 10, Proposta 112/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com a abstenção do CDS e do PCP e o voto favorável dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 112/2016 a qual foi aprovada por maioria com 14 votos a favor (8PS, 3Ind., 3PPD/PSD) e 3 abstenções (1CDS/PP e 2PCP)